
Editorial

Iniciamos o ano de 2016 com a nossa Revista do Direito Público da UEL convictos de que este espaço acadêmico pode contribuir para aprofundar estudos sobre relevantes temáticas do Direito Público. Neste sentido, neste primeiro número, destacamos a participação de autores dos Estados Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Paraíba, além de um artigo oriundo de autor da Université Paris Ouest em cotutela com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Os autores se dedicaram para escrever sobre:

Direitos Humanos e sua correlação com o Direito Constitucional interno e Internacional, expondo uma análise histórica, que abarca desde a introdução da emenda constitucional nº 45/2004 até a atualidade, a respeito da legitimidade hierárquica dos Tratados Internacionais que versam sobre Direitos Humanos alçados ao nível de Emendas Constitucionais quando aprovados por quórum qualificado.

Direito Constitucional e Processual, em que os autores discorrem a respeito do sigilo telefônico e dos requisitos para sua quebra, com destaque para a garantia do acesso material à justiça de que dispõe o acusado, sem prescindir do acesso formal que legitima a interceptação telefônica. Relacionam o instituto com o direito fundamental à intimidade e à vida privada, comparando o tratamento nas Constituições Federais do Brasil e Portugal.

Direito Ambiental, com a apresentação de dois artigos. O primeiro apresenta reflexões acerca da progressiva acuidade do pensamento ambiental e sua influência crescente no campo dos debates a nível internacional; apresenta panorama que demonstra a influência da globalização no meio ambiente e na interação com os sistemas de produção; e, argumentos que comprovam o refinamento dessa consciência ao longo do tempo, com destaque para o protagonismo alcançado pelas organizações internacionais na defesa e debate de questões ambientais em âmbito global. O segundo artigo aprofunda o tema da responsabilidade civil ambiental e sua relação com o Direito Constitucional brasileiro em face da CF/88; traça um quadro de evolução histórica da responsabilização ambiental, tanto individual como coletiva; propõe a construção de uma sistemática de direitos para sobrevivência digna do ser humano que abarque também o elemento ambiental, além dos tradicionais que podem compor o conceito de dignidade; com estes paradigmas será possível construir interpretações em face de um Estado de Direito Socioambiental.

Direito do Trabalho, a fim de construir correlação entre os direitos constitucionais da saúde, prevenção de riscos no ambiente de trabalho e sustentabilidade necessária à integridade dos trabalhadores. Com esse enfoque, o recorte foi dirigido para casos de exposição do trabalhador à radiação na construção civil. O texto propõe políticas públicas que incentivem as empresas a assegurarem sustentabilidade trabalhista aos empregados e, por meio de normas sancionatórias, coíbam condutas que infrinjam normas de saúde e segurança no ambiente laboral.

Direito Econômico e sua relação com o Direito Administrativo em que o autor defende o uso contido e racional do instrumento Termo de Compromisso, especificado no §5º do art. 11 da lei 6.385/76, diante de infrações às leis mobiliárias. Por meio dele o infrator se obriga, dentre outros quesitos, a indenizar quaisquer prejuízos que sua conduta tenha causado. Expõe sobre a eficácia desse termo como instrumento regulatório do mercado de capitais e explora os riscos da perda de sua finalidade quando aplicado de forma abusiva.

Direito Administrativo, com um debate sobre as licitações (Lei 8.666/93) e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas- RDP (Lei 12.462/11) em face dos princípios constitucionais aplicáveis às compras, obras e serviços públicos. Aponta o autor semelhanças e diferenças entre os dois processos administrativos, com destaque à análise crítica feita ao RDP.

Direito Civil e Processual Civil ocasião em que o autor discorre sobre a informatização do processo no enfoque de registros públicos, chaves de autenticação, assinatura digital, dentre outros mecanismos. Elabora painel comparativo crítico com a legislação aplicável diante da modernização da conectividade notarial e de seu impacto nos cartórios e no dia a dia documental e jurídico.

Direito Processual Civil, para tecer ponderações sobre o instituto da Repercussão Geral e seu papel como requisito indispensável à admissão de Recurso Extraordinário, bem como pressupostos necessários à configuração desse instituto em uma peça recursal e o tratamento dispensado no Novo Código de Processo Civil.

E, por fim, Teoria Geral do Direito, em que o autor apresenta relação entre a demanda causada pelo modelo clássico piramidal de Kelsen e a resposta insatisfatória frente à nova definição de conceitos interpretativos da linguagem jurídica, na medida em que traça um paralelo com a proposta de redimensionamento da compreensão teórica com base nos estudos de Michel Troper.

Terminar este volume para deixar estes artigos a disposição dos leitores é uma árdua tarefa. Esta somente é possível quando realizada com a contribuição de muitas pessoas. Destacamos e agradecemos a dedicação dos autores e coautores, dos qualificados pareceristas, dos bolsistas de iniciação científica, mestrandos do Programa do Mestrado da UEL e profissionais da biblioteca da UEL que trabalham na revisão e diagramação.

Este volume contém selecionados artigos, no nível de exigência de revista Qualis B2, e é apresentado com uma nova capa fruto da criação e dedicação do aluno Rafael Salvi do Curso de Design da UEL e que deixa o nosso periódico muito bonito: parabéns a todos e muito obrigada!

Convidamos para que nos prestigiem com a leitura e compartilhem os conteúdos, pois, assim, formaremos uma grande rede para trocar experiências do conhecimento.

Profª Drª Marlene Kempfer